



NITEROI/RJ

COMUNICADO AOS VIGILANTES DA EMPRESA DE SEGURANÇA VERZANI & SANDRINI.



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, através dos diretores Claudio Vigilante, Paulo Henrique, Claudio Bernardo e Ideraldo Vasconcelos se reuniu hoje dia 23/09/19 na sede do Sindesp numa reunião da Comissão Paritária Com a Empresa DE SEGURANÇA VERZANI & SANDRINI.conforme determina a CCT em vigor onde foi tratado do assunto reciclagem nas folgas.

Segundo denúncias dos Vigilantes a empresa está determinando que os Vigilantes realizem a reciclagem nas folgas o que não concordamos.

Por esse motivo nos reunimos com a empresa no Sindicato Patronal para resolver o problema, após ouvir as nossas alegações a Empresa se comprometeu e está em ATA

de que a reciclagem será realizada nos dias dos plantões dos Vigilantes que prestarem serviço na nossa base territorial.

Portanto a empresa reconheceu de que estava errada e assumiu que estaria revendo o seu posicionamento daqui pra frente.

Agradecemos a confiança dos Vigilantes na direção do Sindicato Svnit e sem ter a necessidade de identificar ninguém conseguimos solucionar mais esse problema. Contamos com o Apoio dos Vigilantes e solicitamos que se associe para fortalecer ainda mais a luta em defesa da categoria.

Claudio Vigilante

Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói Svnit.

Paim defende aposentadoria especial para trabalhadores em atividades de risco



O senador Paulo Paim (PT-RS) aproveitou o Dia Nacional do Agente de Trânsito, comemorado nesta segunda-feira (23), para pedir aos senadores que retirem da reforma da Previdência (PEC) 06/2019 o dispositivo que acaba com a aposentadoria especial para trabalhadores em área de grande risco, como os 30 mil agentes de trânsito brasileiros.

A votação da matéria em primeiro turno está prevista para esta semana no Plenário. Atualmente, os profissionais que trabalham nessas condições, como vigilantes, eletricitários e guardas municipais, podem se aposentar depois de 25 anos de contribuição, como explicou Paim. Mas, de acordo com o senador, a reforma da Previdência vai acabar com isso.

—Se colocarmos um, dois ou três dependentes na família, chegaremos a mais de 100 mil pessoas que serão prejudicadas de forma direta, só nessa categoria dos profissionais de trânsito. Se pegarmos os vigilantes, são mais de 4 milhões de pessoas no país. Calculemos também aí os guardas municipais, os eletricitários e quem trabalha em áreas consideradas de alto risco. Chegaremos rapidamente a mais de 20 milhões de pessoas — citou.

Paim defendeu outros ajustes no texto. Segundo ele, somente assim será possível reduzir os prejuízos a trabalhadores dos setores público e privado.

Fonte: Agência Senado

Trabalhador vai pagar imposto sobre férias, 13º e hora extra em acordo trabalhista

Mudança na legislação tenta acabar com prática de estabelecer valores como indenização



BRASÍLIA - O trabalhador passará a pagar impostos sobre valores como férias, 13º salário e horas extras frutos de acordos com as empresas. Isso valerá para acordos trabalhistas firmados na Justiça ou extrajudiciais. A equipe econômica espera arrecadar R\$ 20 bilhões em dez anos com a medida. A mudança na legislação trabalhista consta em uma lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na última sexta-feira.

A nova norma tenta acabar com uma prática até agora comum entre empresas e trabalhadores. Para aumentar os ganhos para os dois lados, era comum estabelecer todo o valor do acordo como indenização — que deveria ficar restrito a danos morais, prêmios e bonificações, por exemplo — para fugir da tributação. Sobre verbas indenizatórias não há cobrança de contribuição previdenciária e Imposto de Renda (IR), por exemplo, que incidem sobre a remuneração.

Pela nova lei, as empresas não poderão mais classificar como indenizatórios pagamentos de férias, 13º salário e horas extras frutos dos acordos trabalhistas. Esses valores deverão sempre ser classificados como de natureza remuneratória, sobre os quais há pagamento de impostos.

A estimativa de arrecadação do Ministério da Economia foi feita com base nos valores pagos em acordos na Justiça do Trabalho em 2018, que somaram R\$ 13 bilhões. O governo avalia que pelo menos a metade do valor das indenizações na verdade se referia a verbas remuneratórias. Sobre esse montante, o governo calculou quais seriam as alíquotas de contribuição previdenciária e IR que incidiriam, chegando à projeção de R\$ 2 bilhões por ano.

A lei traz parâmetros mínimos do que deverá ser estipulado como verba indenizatória. Esta não poderá ter base de cálculo inferior a um salário mínimo por mês nem ser inferior à diferença entre a remuneração reconhecida como devida e a efetivamente paga pelo empregador, cujo valor de cada mês não será inferior ao salário mínimo.

As mudanças constam de uma lei que permite ainda ao governo antecipar o pagamento de peritos contratados pela Justiça Federal para atuar em causas de segurados carentes contra o INSS pedindo revisão ou concessão de benefício. Até então, as perícias eram custeadas diretamente pelos juizados especiais cíveis e criminais. O governo planeja pagar R\$ 316 milhões este ano.

Outro ponto da lei prevê que o julgamento de causas previdenciárias na Justiça estadual ocorrerá somente nos casos em que o segurado viver a mais de 70 quilômetros do município sede de vara federal. Hoje não há limite para uma causa ser julgada pela Justiça estadual se não houver vara federal na cidade do interessado.

Fonte: O Globo

Senado adia novamente votação da reforma da Previdência

Em meio a uma crise com o governo por causa da invasão da PF no gabinete do senador Fernando Bezerra, senadores atrasam a votação do principal projeto de Bolsonaro



O Senado adiou mais uma vez a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, da reforma da Previdência. A proposta, principal projeto do governo de Jair Bolsonaro (PSL), deveria ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça-feira (24) de manhã e, à tarde, deveria ser votada em primeiro turno no plenário da Casa.

Nesta segunda-feira (23), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), adiou a votação em plenário para quarta-feira (25) e manteve apenas a votação na CCJ. Nesta terça, em mais uma reviravolta, a CCJ anunciou que a análise e votação do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) às 78 emendas apresentadas à proposta será feita na próxima terça, 1º de outubro, a partir das 9h. No dia seguinte, quarta-feira (02), o Plenário da Casa deverá votar a PEC em primeiro turno.

O atraso na votação da reforma da Previdência é uma resposta do Senado à ação da Polícia Federal que, no dia 19 de setembro, invadiu o gabinete do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, e colocou o governo Bolsonaro em uma posição desconfortável.

A ação, autorizada pelo ministro Luís Barroso, do Supremo Tribunal Federal, investiga suspeita de desvio em obras públicas no Ministério da Integração Nacional na época em que Bezerra era ministro da pasta e baseia-se em uma delação premiada do doleiro João Lyra, assinada como desdobramento da Operação Lava Jato.

Um dia após a operação, Alcolumbre disse que o Senado ia questionar o STF sobre a ação da PF. Ele considerou a busca e apreensão no gabinete de Bezerra Coelho uma ação “desarrazoada e desnecessária pela ausência

de contemporaneidade”.

Esta semana, o Senado decidiu adiar a votação da reforma e reunir o Congresso Nacional para derrubar vetos de Bolsonaro a uma série de projetos, entre eles, os que se referem à Lei de Abuso de Autoridade. A sessão ocorre enquanto Bolsonaro está em Nova York participando da Assembleia Geral da ONU.

Ato das centrais

Em função desses adiamentos e reviravoltas, as centrais sindicais se mantêm em estado de mobilização e vão se reunir para reorganizar o ato em Brasília contra a aprovação da reforma da Previdência.

Para o Secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, a mobilização deve ir além da ação do movimento sindical no Senado. “Cada trabalhador que tem a consciência de que a aposentadoria está em risco e de que vai ter que trabalhar mais e receber menos no futuro, se conseguir se aposentar, deve participar dessa luta, pressionando os senadores que vão votar a favor da reforma”, afirma o dirigente.

Para isso, ele explica, a melhor forma é mandar o recado para o parlamentar pelo site Na Pressão, direto para o e-mail, whatsapp e redes sociais dos senadores.

“Todos que puderem devem estar em Brasília, na porta do Senado, pressionar nas galerias, tanto os dirigentes sindicais, representantes de movimentos sociais como trabalhadores, mas também é preciso pressionar os senadores em suas bases e pelo Na Pressão, porque a reforma é muito ruim para o Brasil”, completa Sérgio Nobre.

A reforma prejudica os trabalhadores

Se a PEC for aprovada os brasileiros vão trabalhar mais, receber menos e ainda terão dificuldade de acesso à aposentadoria e à Previdência Pública, alertam os sindicalistas.

Além disso, o governo apresentou dados falsos para convencer os parlamentares de que a reforma combateria privilégios, como denunciaram pesquisadores da Unicamp.

Para as centrais, a visão de quem defende a reforma é de que a classe trabalhadora é que deve pagar a conta da crise econômica e política pela qual passa o país, enquanto a desigualdade social, a concentração de renda e o desemprego só crescem junto com o lucro dos patrões.

Nas redes sociais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou que a votação da reforma foi adiada porque, nesta terça, o Congresso vai realizar uma reunião conjunta para analisar vetos do presidente Jair Bolsonaro.

Tramitação

O relator da PEC na Casa, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), rejeitou as 77 emendas apresentadas pelos colegas da oposição para que o texto, já aprovado em duas votações na Câmara, não precise ser analisado e votado novamente pelos deputados.

Jereissati manteve os principais e mais injustos itens da proposta, entre eles, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e a obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres se aposentarem. O senador tucano fez apenas alguns ajustes sobre os temas mais polêmicos, como impedir que o valor da pensão por morte inferior a um salário mínimo (R\$ 998). Ele também excluiu o artigo que colocava na Constituição o critério para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de miserabilidade; e alterou a previsão de uma regra mais benéfica de aposentadoria para trabalhadores expostos a agentes nocivos, como mineiros.

PEC paralela

Outros itens considerados injustos do texto aprovado na Câmara, como a inclusão de estados e municípios na reforma, mudanças de regras para concessão de aposentadoria por invalidez e redução, de 20 anos para 15 anos, do tempo mínimo de contribuição para homens que ainda vão entrar no mercado de trabalho, foram colocados pelo relator em outra Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº 133/2019, que está sendo chamada de PEC paralela, que deve ser analisada pelo Congresso.

A estratégia de Jereissati foi garantir que a PEC principal, já aprovada pelos deputados, comece a valer assim que o Senado concluir a votação no início de outubro. Enquanto isso, a PEC paralela seria apreciada pelos senadores e, depois, pela Câmara.

Fonte: CUT

Trabalhadores vão a Brasília protestar contra a Reforma da Previdência nesta quarta (25)

PEC da reforma deve ser votada em primeiro turno no plenário do Senado, no mesmo dia



Os trabalhadores de diversas categorias e ligados a diversas centrais sindicais vão a Brasília, nesta quarta-feira (25), protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, da reforma da Previdência, que deve ser votada em primeiro turno no plenário do Senado, no mesmo dia.

O relator da PEC na Casa, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), rejeitou as 77 emendas apresentadas pelos colegas da oposição para que o texto, já aprovado em duas votações na Câmara, não precise ser analisado e votado novamente pelos

deputados.

Jereissati fez apenas alguns ajustes sobre os temas mais polêmicos, como impedir que o valor da pensão por morte inferior a um salário mínimo (R\$ 998). Ele também excluiu o artigo que colocava na Constituição o critério para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de miserabilidade; e alterou a previsão de uma regra mais benéfica de aposentadoria para trabalhadores expostos a agentes nocivos, como mineiros.

Centrais sindicais

NOTA DAS CENTRAIS



Em NOTA a CUT e demais centrais afirmam que irão pressionar os Senadores e dizer que são contra a concretização de mais um ataque ao Brasil e aos trabalhadores e trabalhadoras.

No documento, as Centrais dizem que se a PEC 006/19 for aprovada os brasileiros vão trabalhar mais, receber menos e ainda terão dificuldade de acesso à aposentadoria e à Previdência Pública, e contra essas injustiças, convocam trabalhadores e sindicalistas para estarem na Tenda do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, a partir das 14h para pressionar os senadores.

“Na visão de seus defensores é a classe trabalhadora que deve pagar a conta da crise econômica e a política pela qual passa o país, enquanto a desigualdade social, a concentração de renda e o desemprego só crescem junto com o lucro dos patrões”, diz trecho da nota da CUT e demais Centrais.

Fim da aposentadoria especial

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o maior crime do texto da Reforma da Previdência é o fim da aposentadoria especial. “Vigilantes, guardas de trânsito, guardas municipais, eletricitários, quem trabalha com produtos químicos e explosivos... Retiram da Constituição a palavra ‘periculosidade’. Ou seja, proíbem quem trabalha em área de alto risco, com essa supressão, e deixam lá depois, afirmando que é proibido aposentadoria por periculosidade. Isso para mim é o maior crime que essa reforma comete”, disse.

O texto da reforma da Previdência estabelece regras mais brandas de aposentadoria para policiais federais, civis, agentes penitenciários e educativos. Além de policiais militares, e bombeiros. Ele retira do regime especial os guardas municipais, vigilantes e agentes de trânsito que passam a ficar sujeitos às mesmas regras dos demais servidores, 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, com 25 anos de contribuição.

Fonte: ContrafCUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF